

CS RECICLAGEM	ATA DE REUNIÃO	Nº 10/2012	
	10ª reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Reciclagem e Resíduos Sólidos		
	Data: 26/01/2012	Local: ADECE	Horário: 8:30h
Assunto: Reunião Ordinária			
Pauta:			
I. Aprovação da Ata da 9ª Reunião;			
II. Fortalecimento das indústrias de reciclagem no Estado do Ceará;			
III. Outros assuntos do interesse da CS Reciclagem .			
Participantes (Nome e empresa): Marcos Albuquerque (titular-SINDIVERDE), Fco das Chagas Soares(titular- ADECE), Cecy Castro (suplente- ADECE), Waldisio Fernandes (Titular-REP. DOS TRANSFORMADORES), Geraldo Silva (Suplente - REP. DOS DEPOSEIROS).			
Participantes Convidados (Nome e empresa): Alceu Galvão (ARCE), Marcos Bonanzini (CE WASTE), João Monteiro (SINDIVERDE), Clara Cordeiro (ADECE).			

Detalhamento da Pauta:

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro de 2012 (dois mil e doze), às 08:30h (oito e trinta horas) no auditório da ADECE, situado à Av. Barão de Studart, 598 – Aldeota, deu-se início a 10ª reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Reciclagem de Resíduos Sólidos, com a presença de 04 (quatro) instituições sendo, 03 (três) membros titulares, 03 (três) suplentes e 4 (quatro) convidados.

O Sr. Marcos Albuquerque, Presidente da Câmara, dando início à reunião e observando o número de participantes inferior ao quorum permitido para deliberação e votação, e em comum acordo com os presentes, foi favorável à realização da reunião desde que não haja votação. Dando boas vindas aos presentes, comunica a presença do Sr. Alceu Galvão representante da ARCE (Agência Reguladora do Ceará), que explanará assunto de suma importância para o setor de reciclagem. Colocou a Ata da reunião anterior, para conhecimento de todos, a ser aprovada na próxima reunião.

Em seguida apresentou a retrospectiva de 2011 dos assuntos e trabalhos realizados pela CS Reciclagem:

- I. Eleição do Presidente, 1º e 2º Secretário Executivo;
- II. Discussão e aprovação do Regimento Interno;
- III. Definição dos encaminhamentos da Câmara;
- IV. Depoimento de Presidentes de outras Câmaras Setoriais: Sr. Cristiano Peixoto CS Camarão, Sr. Fernando Ximenes CS Energia Eólica e o Sr. Marcos Kaiser Empresa USIFORT;
- V. Depoimento sobre Tributação com a Sra. Valeira Monteiro da Méstria Contabilidade; assuntos da Recicla Nordeste (Salão de Boas Práticas), Números do Pólo Industrial de Reciclagem e Coleta Seletiva (projeto piloto);
- VI. Grupos temáticos: (tributação – coleta seletiva – resíduos eletrônicos).

O Sr Presidente comentou sobre a Criação do Pólo, que foi contratada a empresa Pentagonal para desenvolver os trabalhos burocráticos, e que a Prefeitura de Pacatuba doou um terreno de 10 hectares, tendo a intenção de transformar a área doada em um Distrito Industrial de Pacatuba, sendo o Pólo Industrial o primeiro empreendimento a se instalar naquele Distrito. Comunica que será constituída uma *holding* para a doação do terreno às empresas que se instalarem no Pólo, o mesmo processo será desenvolvido com relação ao BNDES, no programa FNE para financiamento. Salienta que, até o final de 2012 deverão ser iniciadas as construções de galpões e a instalação das empresas. Comunica, também, que solicitará o apoio da Câmara de Reciclagem, do Sindiverde e da própria Adece, na pessoa do Sr. Roberto Smith, em virtude de ser um processo demorado e que o Estado poderá ajudar na construção do Condomínio.

Comunica que os 04 (quatro) temas macros para discussão e debates durante o ano de 2012 nas reuniões da Câmara serão:

1º- O Fortalecimento das indústrias de reciclagem no Estado do Ceará. Salienta que o Governo não deve trabalhar de forma isolada, e sim em conjunto com as associações e as cooperativas para dar a destinação correta aos resíduos sólidos. Afirma que as indústrias do Estado tem condições de absorver todo o material reciclado, desde que haja um esforço conjunto do Governo do Estado e das as Indústrias, o que resultaria na geração de emprego e renda no Estado do Ceará.

2º- A Implantação de coleta seletiva em Fortaleza e no Estado do Ceará. Comunica que o próprio SINDIVERDE, através da Câmara Setorial, pode apresentar projetos, como a implantação da coleta seletiva em vários municípios tais como: Maracanaú, Caucaia, Aquiraz e Quixadá, dentre outros. Essa coleta seletiva poderá ser realizada nas indústrias e nas escolas, onde contemplam projetos já prontos tais como, as unidades de triagem de resíduos sólidos, aterros sanitários, entre outros. É de interesse das indústrias porque proporciona a compra de resíduos sólidos de qualidade em nosso Estado.

3º- Estruturação das Associações e Cooperativas de Catadores. Na Recicla Nordeste, busca-se interagir também na parte social, resgatando os cidadãos que estão jogados nas ruas, que são os catadores. Considera que a única forma de ajudar será contemplando e estruturando as associações e cooperativas, para que elas possam absorver essa mão de obra e gerando emprego digno e saudável para eles. Não é de interessa das indústrias, comprar dos carroceiros, pois o volume que eles carregam é pequeno, no entanto, eles devem vender para associações, cooperativas ou deposeiros de médio e grande porte, para que esses realizem a segregação e proporcionem a destinação correta dos resíduos para indústrias. Cita a importância dos deposeiros, tanto médios como os grandes, cujo papel é importante e fundamental para a cadeia, pois eles compram dos catadores e fornecem para as indústrias de reciclagem, podendo ser grandes parceiros das associações e cooperativas.

4º- Implantação do Pólo Industrial de Reciclagem. Salienta que, até ao final de 2012, deverão apresentar de forma concreta e real o Pólo funcionando. Esse Polo será o sistema que irá revolucionar a indústria no Estado. Fala ainda que, não se pode comparar as industriais de reciclagem com as indústrias do setor metal-mecânico ou têxtil, pois as de reciclagem e transformação são pobres, as matérias primas são retiradas dos lixões e de aterros sanitários e os valores agregados são pequenos, mesmo assim pagam os impostos com qualquer outra indústria. No condomínio as indústrias irão ter melhores condições de funcionamento, mais união e principalmente, poderão compartilhar as despesas comuns, tais como água, energia, transporte, vigilância entre outros. Em viagem ao Rio Grande do Sul, nas Serras Gaúchas, indagou o porquê, do Sul do País as Regiões serem bem mais adiantadas, explicando que toda a população trabalha de forma cooperativa, os municípios possuem várias cooperativas as quais reivindicam o que há de bom e melhor para classe. Já aqui no Ceará, embora os sindicatos ofereçam estruturação às empresas, essas estão agindo de forma isolada. O papel do Condomínio será estruturar as empresas, deixando-as autossustentáveis e formar parceria com o Governo.

Comenta, também, que a Recicla Nordeste trabalha em três pontos essenciais: 1º) Desenvolver o setor de reciclagem, expondo o que há de mais moderno em máquinas e equipamentos; 2º) Buscar empresas do outros estados para se instalarem no Ceará e; 3º) Questão social (catadores de lixo e preocupação com a população com relação a preservação ao meio ambiente). Salientou que, na Recicla Nordeste anterior três empresas queriam se instalar aqui no Ceará: uma fabricante de pigmentos, outra fabricante de Moinho e a outra fabricante de filme e bobina, as mesmas saíram de nossas mãos e se instalaram em Pernambuco, tudo por falta de incentivo fiscal. Disse que empresas e governo não trabalham juntos, e na parte ambiental, no Ceará, a licença ambiental é bastante burocrática e complicada. Salienta que o licenciamento ambiental da SEMACE demora cerca de seis meses para o fiscal analisar se a empresa terá direito ou não a licença e, toda e qualquer operação bancária ou comercial se torna prejudicada por falta desse licenciamento.

O Sr. Marcos Bonanzini comenta que uma determinada empresa da Bahia, e sem licença ambiental local, faz o trabalho de descontaminação de lâmpadas fluorescente de empresas do Distrito de Maracanaú, e joga os restos nosso meio ambiente e os recursos são levados para o Estado da Bahia. Enquanto sua

empresa, que investiu cerca de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) em uma máquina de descontaminação para lâmpadas, não pode fazer transação comercial porque está há 06 (seis) meses esperando pela licença ambiental da SEMACE.

Em seguida dando prosseguimento a pauta (outros assuntos do interesse da CS Reciclagem) o Sr Presidente, Marcos Augusto, concede a palavra ao Sr Marcos Bonanzini que apresenta um painel de localização de depósitos de material reciclável em Fortaleza e Região Metropolitana, com aproximadamente 300 (trezentas) empresas. Afirma que, 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento) não são empresas registradas e com licenciamento ambiental. Estima que talvez 3 (três) empresas estejam regularizadas. Sugere a formalização do setor ou, no mínimo, o cadastramento dessas empresas. Afirma que o Estado está deixando de arrecadar, pelo fato da informalidade desses donos de depósitos. Entende que a SEMACE deveria ter mais agilidade em apurar e fiscalizar as denúncias, em conformidade com a Lei. As empresas informais tem custo menor porque não pagam impostos. O Estado deveria ter um maior gerenciamento e controle quanto a destinação final correta dos resíduos eletrônicos. Como exemplo cita que os valores ofertados para um trabalho de descontaminação de lâmpadas fluorescente de uma empresa informal, como o caso da empresa da Bahia ou empresas que trabalham com garantia estendida, são menores, porque eles compram todo o material que tem valor no mercado, e o resto que não serve, eles simplesmente jogam fora, nas ruas ou em qualquer lugar, desrespeitando a Lei 13.103 que fala sobre o gerenciamento dos resíduos para grande geradores

O Sr. Geraldo Silva, Representante dos Deposeiros, comenta que existem, aproximadamente, uns 1.000(mil) depósitos de grande, médio e pequeno porte em toda Fortaleza e Região Metropolitana. Diz que quando for implantada a coleta seletiva, 50% (cinquenta por cento) desses depósitos desaparecerão do mercado porque eles compram todos os tipos de materiais como, papel, ferro, alumínio, plásticos, papelão, eletro-eletrônicos e outros, eles são tão pequenos que mudam-se frequentemente de lugar.

O Sr. Valdísio Fernandes, Representante dos Transformadores, explica sobre o funcionamento do aterro do Jangurussu (transbordo do lixo) cujo grau de perigo e risco é muito alto para os catadores e para os funcionários do aterro, onde trabalham mais de 100 (cem) pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Essas pessoas que não tem noções de EPI, segurança, não tem proteção ou roupas adequadas, metem a mão diretamente no lixo. Essa problemática existe há doze anos e envolve o Estado, a Prefeitura, o Ministério Público, Promotores, Advogados e os catadores, dentre outros.

Outro agravante são os perigos de acidentes, tais como atropelamentos, causados pelo elevado número de caminhões que trafegam diariamente nos terrenos e nos aterros, para carregar e/ ou descarregar o lixo, e pelas máquinas (pás mecânicas) que trabalham enquanto os catadores colhem os resíduos que lhes interessam.

Comenta ainda que, está sendo implantando um novo sistema no aterro do Jangurussu: os caminhões que chegarem ao aterro, colocarão o lixo em cima de uma rampa, que através de uma esteira levará o lixo direto para as carretas. Os catadores são contra o funcionamento dessa rampa e ameaçam seu

funcionamento, inclusive muitos andam armados.

Retomando a palavra o Sr. Marcos Bonanzini, diz que o levantamento realizado se refere apenas a 300 (trezentos) depósitos, enquanto o Sr. Geraldo comenta que existem aproximadamente 1 (mil) depósitos, e calcula-se cerca de, no mínimo, 4 (quatro) pessoas envolvidas diretamente em cada um deles, eproporcionando cerca de 4.000 (quatro mil) empregos diretos além dos indiretos, questiona, então, sobre o volume de impostos que o Estado deixa de arrecadar devido não serem legalizados. Afirma da urgente necessidade de formalização do setor.

O Sr Marcos Albuquerque indaga sobre a forma de legalizar o setor e, comenta que considera como solução a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do sistema da Coleta Seletiva. O Governo e Sociedade Civil precisam juntar as mãos para que aconteçam as implantações pois é papel do Governo organizar o setor, o que não será fácil, no entanto, a organização deve evoluir e prevalecer.

O Sr. Francisco das Chagas Soares, Diretor da ADECE, argumenta que o problema de não formalizar o setor decorre por altas taxas tributárias e pela burocracia. Comunica que participou de uma reunião na Câmara do Comércio onde está sendo desenvolvido, pela Junta Comercial, um projeto para cadastrar o empresário individual através da Previdência Social, que seria o cadastro de pessoa física. Sugere que os grandes deposeiros que têm cadastrados entre 20 (vinte) a 40 (quarenta) fornecedores, formem cooperativas. Afirma, ainda, que a Cooperativa é uma empresa comum, pode praticar todo e qualquer ato de transação comercial até mesmo emitir nota fiscal,

Com a palavra o Sr. Marcos Bonanzini afirma que 90% (noventa por cento) dos depósitos agridem o meio ambiente, nenhum deles tem piso impermeável e 80% (oitenta por cento) dos depósitos ficam em áreas descobertas, deixando pessoas expostas ao meio e às doenças. Comunica que a SEMACE visitou um grande deposeiro e concedeu um prazo de 60 (sessenta) dias para ele colocar piso em todo o terreno, só que ele se recusou porque os outros concorrentes não iriam colocar. Conclui então que a SEMACE fiscaliza as empresas que são formalizadas, mas não enxerga as informais, sendo mais fácil e mais rentável ser informalizado do que formalizado.

O Sr Presidente, Marcos Albuquerque, salienta o porquê dos desastres e soterramentos como aconteceram no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, porque eles constroem as casas em locais indevidos, encostas de serras, de muros e até em antigos lixões. Comenta ainda que na área do Cocó foram construídos vários prédios irregularmente, e como consequência os moradores não possuem a documentação dos apartamentos por se encontrarem em área de preservação ambiental. Isso acontece porque o poder público não fiscaliza de forma adequada e de forma preventiva. Indaga então, como explicar, o fato das construtoras conseguirem o alvará de construção de sess edifícios em área de preservação ambiental?

Em seguida concede a palavra ao Sr. Alceu Galvão (ARCE) que diz que, na sua visão pessoal, acha que nos anos de 2012 e 2013 os Resíduos Sólidos serão “a bola da vez”. Considera que, do ponto de vista

de políticas públicas há um conjunto de oportunidades tais como: a elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, encaminhamento da Política Estadual de Resíduos Sólidos, 70 planos Municipais e Saneamentos Básicos que viraram Lei. Considera que os empresários deveriam apresentar propostas mais consistentes junto ao governo. Comunicou que participou da Recicla Nordeste e que percebeu na Reunião da Câmara de Reciclagem que os empresários ficaram satisfeitos e elogiaram a Lei. Indaga como os empresários podem estar satisfeitos se ainda não foi concluída a Lei e os debates ainda continuam. Fala, também, que diversos planos e pontos de vista dos empresários poderiam ser inseridos nas Leis de Resíduos Sólidos.

Clara Cordeiro (ADECE), com a palavra, comunica que a função da Câmara é realizar as reuniões mensais debaterem os problemas do setor, como também, formar grupos temáticos e esses grupos separadamente em outras reuniões devem discutir e criar projetos para solucionar com mais profundidade os entraves e gargalos do setor.

O Sr Presidente, Marcos Albuquerque, com a palavra comunica que não é função da Câmara executar e sim, chamar a atenção para as dificuldades que envolvem toda problemática do setor e tentar unir o poder público com o poder privado. Quem entende mais de Resíduos Sólidos são os recicladores e transformadores e, de forma isolada não resolverão os problemas. Todos devem estar envolvidos em defesa do meio ambiente e implantação da coleta seletiva. Os projetos devem ser discutidos em conjunto com os Sindicatos, Câmara, a Adece e outros órgãos do Governo do Estado.

Retomando a palavra o Sr. Alceu Galvão (ARCE), comenta que, para os resíduos sólidos existe a Lei da Política Nacional de nº 12.305/10 e, também a anterior de Nº 11.445/2007, que trata das diretrizes Nacionais para Saneamento Básico, envolve resíduos sólidos urbanos, limpeza e varrição de ruas. Enquanto a Lei 12.305 se torna mais completa pois abrange o processo como um todo, a Lei 11.445 traz a obrigatoriedade da implantação nos Municípios do Gerenciamento do Plano Municipal Saneamento Básico. Os planos serão obrigatórios aos municípios, que devem apresentá-los em prazos distintos até 2014, e são condicionantes ao repasse de recursos públicos.

Hoje no estado do Ceará, dos 184 municípios apenas cinco (Iguatú, Morada Nova, Limoeiro, Cariús e Quixelô) estão com o Plano de Gerenciamento em andamento elaborados com recursos da FUNASA. Os planos apresentam conteúdo mínimo para cada componente, tais como, resíduos sólidos, drenagem, etc, para os quais devem estabelecer programas, projetos e ações. Os planos deverão ser aprovados por Lei Municipal e controlados pela Agência Reguladora, Ministério Público e Tribunal de Conta dos Municípios. Até a presente data apenas 05 (cinco) Municípios apresentaram o Plano Municipal de Saneamento Básico e não existe nenhum Município com o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos.

Considerando os altos custos envolvidos para elaboração desses planos, a APRECE, CAGECE e SECRETARIA DAS CIDADES, estão elaborando planos a baixo custo, abrangendo o maior número de municípios possível, sob a coordenação técnica da ARCE. Serão elaborados 52 (cinquenta e dois) planos

municipais de saneamento básico nos municípios de até 20 mil habitantes. Esses planos prevêem a realização de duas audiências públicas, a primeira na apresentação do diagnóstico e a segunda na apresentação do plano, com custo avaliado em R\$ 25.000,000 (vinte e cinco mil reais), sendo a metade financiado pela Secretaria das Cidades e a outra metade pelo próprio Município, com participação de técnicos dos Municípios na coleta de dados.

Segundo as palavras do Sr. Alceu, a vinda a esta reunião teria como objetivo, solicitar ao SINDIVERDE ou atores que participam da Câmara, os planos os programas, projetos e ações de coleta seletiva de reciclagem. Diz, também, que não irão trabalhar com a destinação final de resíduos, pois já existe uma articulação estadual com os consórcios com relação a aterros sanitários. A solicitação da ARCE é conhecer projetos disponíveis, propostas, programa, ações, dentre outros, para incorporar a seu Plano e padronizar em todos os municípios. Serão Políticas Públicas de cumprimento obrigatório, inclusive com a fiscalização do Ministério Público, que terão metas a cumprir e estas metas serão acompanhadas. Finaliza agradecendo o convite.

Sr Marcos Albuquerque agradece a todos e declara, encerrada a reunião.